



TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE NA POLÍTICA

ELEIÇÕES 2024

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE



Editor: Lázaro Mabunda | Director: Edson Cortez | Assessor: Joseph Hanlon | Oficial de Comunicação: Liliana Mangove

Número 354 – 24 de Dezembro de 2024

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Número de empresas da família presidencial duplicou no último mandato de Nyusi
(baixe o boletim através do <https://bit.ly/3O6Et7g>)

Porque é que alguém há-de acreditar nos resultados das eleições?

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) não cumpriu com a lei. O Conselho Constitucional (CC) não ordenou uma recontagem, pelo que não houve comparação entre os boletins de voto. Em vez disso, o CC passou oito semanas a comparar documentos para tentar decidir quais eram falsos. Ninguém teve em conta o milhão de eleitores fantasma - onde havia mais eleitores do que adultos em idade de votar.

É impossível saber o que os verdadeiros eleitores escolheram. Os observadores eleitorais e o CIP Eleições mostraram que o processo foi fraudulento do princípio ao fim. Recenseamento falso, controlo da Frelimo sobre o pessoal das assembleias de voto, enchimento organizado de urnas, contagens fraudulentas, ao nível das assembleias de voto e dos distritos. Assim, o CC fez a coisa óbvia, como sugerido aqui há várias semanas. Deu à Frelimo uma vitória esmagadora, mas não tão grande como a CNE o tentou fazer. Este boletim é inteiramente baseado no relatório do CC do dia 23 de dezembro, que apresenta a validação dos resultados das eleições de 9 de Outubro:

A Procuradoria-Geral da República (Ministério Público) declarou que é evidente "que a CNE faltou ao cumprimento das suas responsabilidades de orientação, superintendência e fiscalização do processo eleitoral (...). Por conseguinte, reiteramos que estas situações demandam uma análise mais profunda por parte do Legislador sobre a composição e o funcionamento da CNE, na perspectiva de transformá-lo num órgão profissional, por forma a garantir a sua independência e imparcialidade."

Entretanto, a CNE fez o seu apuramento com base num *powerpoint* e não com base nas actas distritais originais e nos boletins de resultados, tal como exigido por lei.

As três urnas de voto são colocadas lado a lado e cada eleitor recebe três boletins de voto. Nunca ninguém viu um eleitor colocar boletins de voto em duas urnas e não na terceira. No entanto, as diferenças foram enormes. Os resultados apresentados pela CNE dizem que, por exemplo, em Inhambane, 489.267 pessoas votaram para o Parlamento e apenas 415.158 para a assembleia provincial - uma diferença de 74.109, que representa 15% do total dos votos parlamentares. O CC pediu à CNE que explicasse estas discrepâncias em sete províncias, mas a CNE não o fez. No documento de resultados divulgado hoje, o CC afirma que as decisões tomadas pelas comissões provinciais e o apuramento geral "efectuado pela CNE não podem sobreviver na Ordem Jurídica, pois estão inquinadas de irregularidades".

O CC afirma ainda que tem amplos poderes para alterar os resultados, pedir recontagens, comparar documentos e até invalidar as eleições. Decidiu "para se avançar numa solução metodológica intermédia, pela «reverificação» das actas e dos editais do apuramento parcial para detectar o local de proveniência das divergências". Isto incluiu a verificação das cópias oficiais das actas e dos boletins de resultados na posse dos partidos e dos observadores. Isto, disse o CC, mostrou que o apuramento distrital era o centro do problema porque era ali onde os dados eram inflacionados.

Com o enchimento de urnas, o recenseamento falso e a inflação dos votos, e com o CC a afirmar categoricamente que a CNE e as comissões eleitorais distritais não eram de confiança, como é que alguém - mesmo o próprio CC - poderia acreditar que o CC poderia determinar como as pessoas votaram? E o CC não nos diz como obteve os novos resultados. E nós temos de "confiar" neles!?

Comparação dos resultados da CNE e do Conselho Constitucional

Tanto a CNE como o Conselho Constitucional (CC) deram à Frelimo uma vitória esmagadora embora o CC tenha reduzido ligeiramente a quota da Frelimo.

Presidente

O CC reduziu os votos de Chapo em quase meio milhão, mas deixa-o com dois terços dos votos. Mondlane fica em segundo lugar com 24%, seguido de Momade (7%) e Simango (4%). A afluência às urnas é de 39,5%, o que sublinha o boicote anti-Frelimo.

Eleições presidenciais						
	CNE		CC		Diferença CC-CNE	
Recenseados	17,169,239		17,169,239			
Votos válidos	6,951,925	40.5%	6,777,113	39.5%	-174,812	1.0%
Lutero Simango	223,065	3.2%	272,736	4.0%	49,671	-0.8%
Daniel Chapo	4,912,758	70.7%	4,416,306	65.2%	-496,452	5.5%
Venâncio Mondlane	1,412,511	20.3%	1,639,333	24.2%	226,822	-3.9%
Ossufo Momade	403,591	5.8%	448,738	6.6%	45,147	-0.8%

Parlamento

A mudança do CC é maior. O CC retirou 10% dos votos à Frelimo e a deu-os aos outros três partidos. O Podemos, com 43 lugares, torna-se o principal partido da oposição, seguido da Renamo (28) e do MDM (8). O Podemos é mais forte nas províncias de Nampula e Maputo, a Renamo em Nampula e Zambézia e o MDM em Nampula e Sofala. Como historicamente acontece, a CNE deu à Frelimo 100% dos lugares em Gaza, mas o CC deu 2 desses lugares ao Podemos.

Assembleia da Republica - National Parliament													
Province	MDM			Frelimo			Renamo			Podemos			Total
	CNE	CC	CC-CNE	CNE	CC	CC-CNE	CNE	CC	CC-CNE	CNE	CC	CC-CNE	
Niassa				11	11	0	1	1	0	1	1	0	13
Cabo Delgado				16	16	0	2	2	0	3	3	0	21
Nampula	2	3	1	30	27	-3	6	7	1	10	11	1	48
Zambézia		1	1	33	28	-5	6	8	2	3	5	2	42
Tete			0	21	16	-5	1	3	2	1	4	3	23
Manica				13	12	-1	1	2	1	2	2	0	16
Sofala	2	3	1	14	13	-1	1	1	0	2	2	0	19
Inhambane				13	12	-1	1	2	1	1	1	0	15
Gaza				18	16	-2					2	2	18
Maputo P				17	13	-4		1	1	6	9	3	23
Maputo C		1	1	7	5	-2	1	1	0	2	3	1	10
Diaspora				2	2	0							2
TOTAL	4	8	4	195	171	-24	20	28	8	31	43	12	250
%	1.6%	3.2%	1.6%	78.0%	68.4%	-9.6%	8.0%	11.2%	3.2%	12.4%	17.2%	4.8%	

Assembleia Provincial

A Frelimo ganhou os cargos de governador em todas as províncias, o que parece ter sido um objectivo. E parece ter havido ainda mais manipulação ao nível das assembleias provinciais. Em nove das dez províncias, a Frelimo ganhou entre 60 e 67 lugares, o que é estranho e parece ter sido um objectivo definido pelos responsáveis centrais da Frelimo.

Missão de observação da IRI preocupada com validação da fraude pelo CC

A Missão de Observação Eleitoral Internacional (MOEI) do Instituto Republicano Internacional (IRI) emitiu hoje, 24/12, uma declaração onde manifesta preocupação com a decisão do Conselho Constitucional de manter e validar os resultados eleitorais provisórios.

As eleições moçambicanas, segundo a IRI, foram marcadas por irregularidades generalizadas, subsequente violência e práticas fraudulentas que impediram a obtenção de um resultado eleitoral credível. A IRI antevê que esta decisão só virá deteriorar ainda mais a integridade do processo eleitoral e levantar mais questões quanto à independência das instituições ligadas às eleições em Moçambique.”

“O IRI condena igualmente a violência política que tem sido registada. Tais acções não têm lugar numa sociedade democrática. O IRI toma nota das actuais divisões na sociedade e apela a todos os partidos para que tomem medidas sérias no sentido de iniciar um diálogo efectivo, inclusivo e significativo, a fim de dar uma resposta ao processo eleitoral em disputa. As autoridades moçambicanas devem respeitar os direitos fundamentais constitucionalmente protegidos, incluindo o direito de reunião. Apelamos a todas as partes para que usem da contenção e assegurem uma resolução pacífica no período pós-eleitoral.”

Departamento do Estados também preocupado

Os Estados Unidos também já emitiram a sua posição, embora menos contundente. Em comunicado, o Departamento do Estado dos Estados Unidos da América mostra-se preocupado com o anúncio feito pelo Conselho Constitucional Moçambicano sobre as eleições nacionais de 9 de Outubro.

De acordo com os americanos, as organizações da sociedade civil, os partidos políticos, os meios de comunicação social e os observadores internacionais, incluindo os dos Estados Unidos, houve irregularidades significativas no processo de apuramento. Igualmente mostram preocupação com a falta de transparência durante todo o período eleitoral.

O Departamento do Estado dos Estados Unidos apela a todas as partes interessadas para que se abstenham de actos de violência e se empenhem numa colaboração significativa para restaurar a paz e promover a unidade. Igualmente, pediu que os responsáveis pelas violações dos direitos humanos, incluindo o assassinato de manifestantes e funcionários do partido e o uso excessivo da força pelas forças de segurança, sejam responsabilizados.

Os Estados Unidos exortam a todos os sectores da sociedade a comprometerem-se com reformas eleitorais e institucionais sérias para garantir o futuro de Moçambique como uma verdadeira democracia multipartidária.

Caos após validação dos resultados eleitorais

O anúncio de resultados eleitorais foi motivo para o início de uma onda de manifestações com uma agressividade jamais vista na história de Moçambique. Muitos bens públicos e privados foram queimados e saqueados. Maputo, Matola, Beira e grande parte dos distritos da Zambézia há um cenário de guerra e de pilhagens.

Só na noite de ontem para manhã de hoje, mais de uma dezena de esquadras e postos policiais foram queimados, a maioria na cidade de Maputo. Portagens e residências e empresas com ligações aos membros da Frelimo; supermercados, alguns bancos e vários lojas de particulares foram incendiadas ou vandalizadas. Produtos alimentares e não alimentares foram saqueados. É um caos total.

Maputo e Matola estão intransitáveis. Entre Xai-Xai e Macia, em Gaza, está bloqueada a comunicação. A cidade da Beira está a registar disparos. Registam-se pessoas feridas e mortas. Na Zambézia, os epicentros foram registados nos distritos de Mocuba, Namacurra, Nicoadala, Luabo, Mulevale, Alto Molócue, Maganja da Costa, Mulombo, entre outros. A administradora de Luabo fugiu de barco para Quelimane.

Dezena de mortos e feridos

Está difícil quantificar até aqui o número de mortos e baleados, mas já se registam cerca de 20 cidadãos baleados pela polícia. Os dados das organizações que monitoram as manifestações, nomeadamente o CIP, a plataforma Decide, o CDD e a Amnistia Internacional, confirmam 16 mortos mas o número é bem maior porque não se conseguiram os dados dos distritos mais recônditos da Zambézia, onde a violência foi extrema.

Na Matola, mais concretamente na Machava Socimol, os tiros iniciaram pela noite de ontem e prolongaram-se até o início da tarde de hoje, terça-feira.

Sasol atingido pelas manifestações

A multinacional petrolífera sul-africana Sasol, que explora gás natural em Inhambane, foi atingida pelas manifestações, mas não se registou qualquer dano. Os manifestantes apenas escalaram o local e não protagonizaram qualquer tipo de vandalização.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	Director: Edson Cortez Autor: Lázaro Mabunda e Joseph Hanlon Editor: Lázaro Mabunda Assessor: Joseph Hanlon Revisão Linguística: Samuel Monjane Layout: Alberto Manguela	Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschild, Rua Fernão Melo e Castro nr. ° 124, Maputo Web: https://www.cipeleicoes.org/ Facebook: @cipeleicoes Instagram: @cipeleicoes Tiktok: @cipmoz Telegram: +258 843890584

Financiado por:



Parceiros do CIP:

